

Estudo Técnico Preliminar 21/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08280.016500/2021-17

2. INTRODUÇÃO

O ETP tem por objetivo atender ao disposto na IN 40/2020-MPDG, "dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital. Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação", de forma a viabilizar a contratação necessária de serviço de engenharia para elaboração de Projeto Básico e Executivo de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio, Plano de Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI e Plano de Brigadista para a Superintendência da Polícia Federal do Distrito Federal.

O objetivo da Elaboração de PPCI é fazer com o que desempenho dos equipamentos, sistemas, elementos ou componentes estejam disponíveis o máximo possível, que a edificação forneça segurança para seus usuários, otimizar os recursos públicos destinados a manutenção predial, atender com excelência o público interno e externo, contribuir para eficiência energética e hídrica. Esta análise é pautada pelas diretrizes traçadas pela:

Instrução Normativa nº 05/2017-MPDG;

Instrução Normativa nº 40/2020-MPDG;

Instrução Normativa nº 73/2020-SEGES/ME;

Instrução Normativa nº 65/2021-SEGES/ME;

Os serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, se enquadram no conceito de serviços comuns de engenharia, conforme definido no inciso II e § 1º do Art. 3º, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, visto que as atividades a serem desenvolvidas são executadas por profissionais designados para a contratação pretendida com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
uain/SELOG/SR/PF/DF	Pedro Henrique Zanotelli Collares

3. Descrição da necessidade

A necessidade de contratação é dividida em três aspectos: **funcional, técnico e normativo**.

Aspecto Funcional - Necessidade de adequado funcionamento dos sistemas da Polícia Federal, como um meio para que a mesma atinja os seus propósitos fins:

O Estado Democrático deve assegurar ao cidadão (brasileiro ou estrangeiro) residente no país, o respeito a sua integridade física e patrimonial. Para cumprir essa função, o Estado-Administração tem a sua disposição os órgãos policiais, que também podem ser denominados Forças de Segurança. Os agentes policiais atuam na preservação da ordem pública em seus diversos aspectos, garantindo aos administrados os direitos assegurados pela Constituição Federal.

Segundo o art. 144, caput, CF, “A segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I. Polícia Federal; II. Polícia Rodoviária Federal; III. Polícia Ferroviária Federal; IV. Polícias Civis; V. Polícias Militares e Corpos de Bombeiros militares”.

A Polícia Federal merece especial atenção, pois diferente das outras forças policiais ela exerce com exclusividade o papel de Polícia Judiciária da União, aumentando então sua responsabilidade como agente central da democracia.

A missão da Polícia Federal é garantir ao cidadão o exercício dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e nos instrumentos internacionais subscritos pelo Brasil (art. 5º, § 2º, da CF). Essa atividade exige preparo dos integrantes das Corporações Policiais e capacidade operacional para pronto atendimento.

O objeto de contratação trata de serviço de engenharia para elaboração de Projeto Básico e Executivo de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio, Plano de Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI e Plano de Brigadista para a Superintendência da Polícia Federal do Distrito Federal. Como citado anteriormente, a Polícia Federal tem que estar pronta para assegurar o exercício dos direitos e garantias fundamentais ao cidadão, neste contexto, a interrupção de qualquer um dos sistemas objetos do contrato acarreta em perda operacional desta corporação.

Ainda nesse sentido à não execução da correta manutenção dos sistemas supracitados e objetos do presente estudo de contratação traz prejuízo ao andamento dos trabalhos do Órgão, bem como os inevitáveis transtornos que tal interrupção indubitavelmente causaria a terceiros interessados – vale dizer, à população que se utiliza dos serviços por exemplo, expedição de passaporte, processos relativos a estrangeiros; registro, porte e devolução de armas de fogo; segurança privada; produtos químicos; oitivas; entre outros.

Aspecto Técnico – A necessidade da contratação visa atender as exigências do CBM-DF no tocante a prevenção e combate a incêndio.

A Polícia Federal utiliza vários sistemas, máquinas e equipamentos que apresentam elevada complexidade e que, por isso, exigem conhecimentos técnicos especializados de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Entre estes sistemas, as instalações elétricas e civis (estruturas, acabamento – piso, divisórias, portas, esquadrias, pintura, rebocos, etc. - hidráulicas, sanitárias, águas pluviais, de combate a incêndio etc.), e outras no mesmo nível de complexidade devem ser inspecionadas periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional.

É imprescindível a preservação e conservação das características de funcionamento, segurança, conforto ambiental e higiene, necessários para a continuidade das atividades do órgão.

A falta de manutenção preventiva e preditiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso de sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelo Órgão, mau funcionamento do sistema, ineficiência energética, além de acidentes com vítimas.

Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados. Ademais, a constante ampliação das atividades da Polícia Federal impõe a necessidade de adequação, recuperação e ampliação no sistema citado, de forma a atender a demanda dos ambientes de trabalho, como, por exemplo, a instalação de novos aparelhos de ar condicionado e pontos elétricos.

Considerando que a Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, justifica-se a contratação da prestação dos serviços visando à execução das atividades de manutenção – preventiva, corretiva e preditiva de forma ininterrupta e continuada, com disponibilidade de serviços de plantão, emergenciais e eventuais, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, instalações, sistemas e equipamentos, consoante o Decreto nº 9.507/2018 e Instrução Normativa n.º 40/2020-MPOG.

Aspecto Normativo – Necessidade da contratação para atender as normas e decretos existentes no tocante à eficiência no consumo de energia elétrica em órgãos públicos:

Tendo em vista o programa de etiquetagem energética de edifícios públicos, PBE Edifica, e Instrução Normativa nº 2 (04/06/2014) / SLTI que dispõe sobre as regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam retrofit, o contrato de manutenção visa também a eficiência energética no uso dos sistemas.

Documento de Formalização da Demanda

O pleito foi motivado por meio de Documento de Formalização da Demanda (DFD), incluído no SEI sob o nº 31946707 tendo em vista que a unidade reivindicante não possui/esta com seus projetos de combate a incêndio desatualizados.

Plano Anual de Obras

O PPCI aprovado pelo CBM-DF é fator condicionante para o andamento do PLANOB/2023 elaborado pela DEA/CGPLAM /DLOG/PF.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Natureza da Contratação

Embora a manutenção dos recursos e das edificações, da Administração Pública, deva ser uma prática constante, o objeto de contratação não possui natureza continuada. Porém deve-se observar que o resultado produzido tende a ser perene, visto que o PPCI da edificação deve contemplar as constantes mudanças de legislação e normas. Para tanto é necessário que haja rotina anual no tocante a certificação dos sistemas que envolvem todo o aparato de combate a incêndio, inclusive os que não são máquinas ou aparelhos, como é o caso das placas de sinalização.

Práticas de Sustentabilidade

Para a fase de elaboração do PPCI, não se aplicam as práticas de sustentabilidade.

Para o Projeto Executivo deverá ser esclarecido em Termo de Referência que para a escolha dos materiais, máquinas e equipamentos a serem ofertados em planilha orçamentária, dever-se-ão considerar os requisitos mínimos, estabelecidos em norma, para sustentabilidade no que diz respeito ao consumo energético, hídrico e legislação ambiental.

Duração do Contrato

O contrato não possui natureza continuada, portanto o serviço termina após a entrega total do objeto, que no caso é o Projeto Executivo aprovado pela Fiscalização de Técnica.

A previsão para o fim do serviço é de 120 dias corridos, sem contar os dias em que o processo ficará sob exame do CBM-DF, nesse caso a contagem de tempo para e, só é retomada com a volta da documentação.

Soluções de Mercado

Não há previsão para mais de uma solução que atenda a demanda do item 3.1. O objeto é claro, trata-se de serviço de engenharia que requer uma especialidade, embora multidisciplinar, que tem como objetivo regularizar as instalações da Administração Pública perante as normas e legislação do CBM-DF.

Infere-se:

que a única solução é a elaboração de um projeto, que esse seja aprovado pelo CBM-DF, Projeto Legal.

que seja feito um Projeto Executivo que contemple todas as exigências do Projeto legal.

que seja feita adequação das instalações, na forma de obra, reforma ou manutenção, dos sistemas, máquinas e aparelhos, bem como revisão de Layout, com o intuito de ser aprovado por vistoria do CBM-DF. Etapa que prevê mais de uma solução, mas que não está prevista no objeto do contrato

que seja expedido Certificado de Conformidade do CBM-DF.

Não existe mais de uma solução que atenda o objeto do contrato, existirão sim, soluções que atenderão o objetivo final, e que serão demandadas pelo projeto executivo quando da sua execução. Fase essa não contemplada pelo objeto de contrato. Citando como exemplo pode haver mais de uma solução ou produto no mercado que atenda as exigências do CBM-DF quanto a sinalização e alarmes de emergência. Certo disso, o contratado para elaborar o projeto executivo deverá elencar, ao menos, três soluções e esclarecer a respeito das suas diferenças, vantagens ou desvantagens.

6. Levantamento de Mercado

Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, dado que as atividades que se buscam contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

Ainda que assim não fosse, a realização de concurso para provimento de servidores foge à alçada da unidade e seria, de todo modo, antieconômica e ineficiente pois desviaria servidores de suas atribuições originais. Pelo exposto, justifica-se a contratação como a solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração.

O objeto de contrato do presente estudo foi dimensionado para ser executado no modelo **Design Bid Build**, nesta modalidade de contrato, aloca-se ao proprietário o risco maior do empreendimento, além de assumir a responsabilidade de comissionar a planta, fazer o *start-up* e conduzir a operação. O proprietário assume o gerenciamento integral, e contrata, separadamente, os serviços de engenharia, equipamentos e materiais e a construção. O projetista e a construtora não agem de maneira integrada, assim como após a operação.

Definida essa linha de atuação, passou-se ao levantamento de preços a fim de construir o valor de referência de cada serviço. Em observância ao disposto na IN nº 65/2021 e suas alterações, foram utilizados os seguintes meios de precificação dos serviços:

Consulta de resultados de licitações (Ferramenta Painel de Preços);

Análise de aquisições similares de outros entes públicos;

Pesquisa direta por meio de prospecção de mercado com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação.

Considerando que a segurança orgânica da Superintendência é um ponto sensível e que não é possível disponibilizar, para terceiros, os desenhos ou plantas dos antigos projetos de incêndio, bem como layouts arquitetônicos.

A cotação de preços foi realizada por meio de informações técnicas de área e volumetria das edificações.

Das cotações pedidas, junto a instituições privadas, 3 (três) propostas foram entregues. Essas propostas seguem na árvore de processos.

7. Descrição da solução como um todo

01 (um) serviço de engenharia para elaboração de Projetos Básico e Executivo de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio, inclusive aprovação no CBM-DF, Plano de Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI e Plano de Brigadista para a Superintendência da Polícia Federal do Distrito Federal.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo das áreas dos locais foi apurado tendo como base projetos arquitetônicos existentes.

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL, 6.571 m²

Prédio Principal, **4.690 m²**

Anexo I, **1504 m²**

Anexo II, **377 m²**

Método para Estimativa

Somatório das áreas.

Memórias de Cálculo

EDIFICAÇÕES ENVOLVIDAS: ÁREA TOTAL – 4690+1504+377 = **6.571 m²**

Prédio Principal: $1.075 + 1.220 + 1.220 + 1.175 = 4.690 \text{ m}^2$

Subsolo – 1.075 m^2 (garagem, depósito e grupo gerador); Térreo – 1.220 m^2 (salas corporativas); 1º pavimento – 1.220 m^2 (salas corporativas); 2º pavimento – 1.175 m^2 (salas corporativas);

Anexo I: $752,00 + 752,00 = 1504 \text{ m}^2$

Térreo – 752 m^2 (salas corporativas) 1º pavimento – 752 m^2 (salas corporativas)

Anexo II: $377 = 377 \text{ m}^2$

Térreo – 377 m^2 (salas corporativas)

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 38.360,95

Métodos para estimativa de preço

Método CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

as remunerações de projetos e serviços técnicos para edificações novas, reformas e/ou ampliações serão obtidos através da aplicação da seguinte fórmula:

$$VR = (IR \times ht1) \times ((8/A_e)^{0,4}) \times A_e$$

VR = Valor da Remuneração para o projeto ou serviço técnico em Reais (R\$).

IR = Índice de Remuneração de projetos ou serviços técnicos, estabelecido na tabela C 1

ht1 = valor unitário da hora-técnica em Reais (R\$), proposto pela empresa.

A_e = área equivalente de remuneração para a edificação, definida do seguinte modo:

$$A_e = (a \times \Sigma A_{pd}) + (b \times \Sigma A_{pt}) + (c \times \Sigma A_{ge})$$

$a = 1,0$

$b = 0,5$

$c = 0,25$

ΣA_{pd} = somatório das áreas projetadas de pavimento diferenciado (m^2)

ΣA_{pt} = somatório das áreas projetadas de pavimento tipo (m^2)

ΣA_{ge} = somatório das áreas projetadas de garagem/estacionamento (m^2), somente para o Projeto de Arquitetura, Projeto Estrutural e Fundações, Projetos Elétricos, Projeto Hidrossanitário, Projeto Anti-incêndio, Orçamento Detalhado por Itens, Cronograma e Coordenação Técnica.

Memórias de cálculo

Foram consideradas para a quantificação a realização do: **Projeto Hidrantes e Extintores; Projeto Sprinklers; demais projetos de prevenção e combate a incêndio, estudo preliminar de arquitetura (para servir como base para o desenvolvimento dos projetos complementares); projeto de sistemas de iluminação de emergência, projeto de SPDA; projeto de GLP; laudos e relatórios para emissão do PPCI e brigada de incêndio, Orçamento e Planejamento Detalhado.**

Considerando que a área de abrangência para o projetos de prevenção e combate à incêndio desta SR/PF/DF é de **6.571 m²**.

Especialidade	Projeto / Serviço Técnico	IR	% Adotado	IR Adotado	ΣA_{pd}	ΣA_{pt}	ΣA_{ge}	A_e	HT	VR
Arquitetura	Estudo Preliminar	0,100	100,00%	0,100	6.571,00	-	-	6.571,00	R\$ 128,48	R\$ 5.763,02
									Total Arquitetura	R\$ 5.763,02
Civil	Projeto Anti-incêndio incluso Sprinklers	0,330	100,00%	0,330	6.571,00	-	-	6.571,00	R\$ 145,60	R\$ 21.552,13
									Total Civil	R\$ 21.552,13
Elétrica	Projeto de SPDA	0,090	100,00%	0,090	6.571,00	-	-	6.571,00	R\$ 108,91	R\$ 4.396,68
	Projeto de Segurança – Alarmes	0,060	100,00%	0,060	6.571,00	-	-	6.571,00	R\$ 108,91	R\$ 2.931,12
									Total Elétrica	R\$ 7.327,80
Diversos	Orçamento Detalhado por Itens	0,011	100,00%	0,011	6.571,00	-	-	6.571,00	R\$ 145,60	R\$ 731,47
	Coordenação e compatibilização de Projetos	0,003	100,00%	0,003	6.571,00	-	-	6.571,00	R\$ 128,48	R\$ 161,36
									Total diversos	R\$ 892,83
									Total	R\$ 35.535,79
								BDI	24,92%	8.854,63

TOTAL GERAL = R\$ 44.390,42

Consulta de preços disponível no banco de preços e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Dispensa Eletrônica Nº 6/2023 - UASG 926334 - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASILIA/DF

- Das licitações realizadas com data menor a 6 (seis) meses a esta pesquisa e na mesma localidade desta consulta, a única com proposta é a dispensa 6/2023 da FUNDAÇÃO HEMOCENTRO.
- A Dispensa Eletrônica Nº 6/2023 teve como objeto: Elaboração de projetos executivos de reforma do Piso Elevado (211,52m²): Serviço técnico especializado de elaboração de Estudos Técnicos Preliminares de Arquitetura; Serviço técnico especializado de elaboração de Projeto Básico e Projeto Executivo de Arquitetura; Serviço técnico especializado de elaboração de Projeto Básico e Projeto Executivo Complementar de Instalações Elétricas e Telefônicas Prediais; Serviço técnico especializado de elaboração de Projeto Básico e Projeto Executivo de Instalações de Ventilação, Climatização e Exaustão Predial; Serviço técnico especializado de elaboração de Projeto Básico e Projeto Executivo Complementar de Instalações de Segurança contra Incêndio e Pânico; Serviço técnico especializado de elaboração de Projeto Básico e Projeto Executivo Complementar de Instalações de Cabeamento Estruturado, Automação e Lógica Predial; Serviço Técnico Especializado de elaboração de Projeto Básico de Instalações Provisórias de Obra; Serviço Técnico Especializado de elaboração de Cronograma de Obra; Serviço Técnico Especializado de elaboração de Orçamento Sintético e Analítico de Obra.
- Considerando que a referida contratação em parte aplica-se ao objeto da contratação, sendo necessário a aplicação de conceitos de engenharia para correlacionar os valores, conforme memorial abaixo:
 1. Área informada no TERMO DE REFERÊNCIA: 211,52m²;
 2. Considerando que o sistema de Instalações de Segurança contra Incêndio e Pânico, correspondem a 2,5% do total investido na edificação (conforme PINI e NOROM, como histórico das obras da PF).
 3. Sendo necessário incluir os valores para os trabalhos de elaboração de orçamento analítico de obras, cronograma de obras, relatório e emissão do PPCI e estudo quanto a brigada de incêndio. Com isso, os serviços são estimados à 1,5% do total investido na edificação.
 4. Totalizando 4% para a realização total dos serviços correlacionados a este objeto.

5. Proposta vencedora, MB ENGENHARIA, CNPJ: 41.521.003/0001-58, Telefone: (62) 3645-0180; O preço para prestação dos serviços é, R\$ 14.947,50 (Quatorze mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).
6. Considerando que o valor ofertado em licitação da FUNDAÇÃO HEMOCENTRO, 4% do total ofertado é igual a R\$2,83/m2.
7. Considerando que a área de abrangência para o projetos de prevenção e combate à incêndio desta SR/PF/DF é de 6.571 m2, obtém pela multiplicação com o R\$2,83/m2 paramétrico o total de R\$ 18.574,13.

- Consulta realizada conforme exposto no art. 23, inc. I e II da lei 14.133.
- **TOTAL GERAL = R\$ 18.574,13**

Cotações no mercado

Orçamento 1 - PHN ENGENHARIA, CNPJ: 34.713.410/0001-00, Telefone: (61) 9 9222-1997:

SISTEMAS/ SERVIÇOS

Elaboração e aprovação de projetos incêndio	R\$ 25.000,00
Plano de prevenção e combate a incêndio – PPCI e Plano quanto a necessidade de brigadista	R\$ 10.000,00
TOTAL DO SERVIÇO	R\$ 35.000,00

Orçamento 2 - BRAVO ENGENHARIA CONTRA INCÊNDIO, Telefone: (62) 3920-0121/ 99809-0121:

SISTEMAS/ SERVIÇOS

Elaboração e aprovação de projetos incêndio	NÃO DETALHOU
Plano de prevenção e combate a incêndio – PPCI e Plano quanto a necessidade de brigadista	NÃO DETALHOU
TOTAL DO SERVIÇO	R\$ 19.000,00

Orçamento 3 - DM ENGENHARIA, CNPJ: 33.887.116/0001-43, Telefone: (61) 3253-4405/ 98285-3433:

SISTEMAS/ SERVIÇOS

Elaboração e aprovação de projetos incêndio	R\$ 59.860,20
Plano de prevenção e combate a incêndio – PPCI e Plano quanto a necessidade de brigadista	R\$ 15.000,00
TOTAL DO SERVIÇO	R\$ 74.860,20

Negativa de proposta de orçamento

- Comunicação encaminhada pela empresa SMH SISTEMAS, Conforme Comprovante de pesquisa (33009159).
- Não recebimento de comunicação pela empresa ENGTCI, Conforme Comprovante de pesquisa (33009159).
- Não recebimento de comunicação pela empresa BRASEL, Conforme Comprovante de pesquisa (33009159).
- **TOTALIZANDO 3 NEGATIVAS DE PRESTAÇÃO DE PROPOSTAS.**

Planilha Comparativa das estimativas de projeto.

	TOTAL em REAIS

Método CEF	44.390,42
Consulta de preços disponível no banco de preços e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - MB ENGENHARIA	18.574,13
Orçamento 1 - PHN ENGENHARIA	35.000,00
Orçamento 2 - BRAVO ENGENHARIA	19.000,00
Orçamento 3 - DM ENGENHARIA	74.840,20
MEDIANA	35.000,00
MÉDIA	38.360,95
MENOR VALOR	18.574,13

Justificativa para escolha do preço base.

Para o cálculo de preço base do projeto foi escolhido a Média, R\$ 38.360,95.

O cálculo tem por finalidade equalizar a diferença entre os métodos listados e a tomada de preços.

Não houve diferença, significativa, de valores, entre os métodos média e mediana, ocorrendo para o menor valor apresentado.

É recomendado que seja realizada no ato da licitação a oferta de valores pelos licitantes, sendo, DISPUTA COM DISPUTA.

Conclusão

Os valores do ato convocatório são aqueles resultantes dos cálculos da MÉDIA e explicitados no item acima.

Caso ocorram correções ou atualizações nos valores, estas serão revisadas em Termo de Referência.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Cabe aqui a justificativa em relação ao objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no inciso II do Art. 47 da Lei nº 14.133/2021. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “ Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos ”.

A execução do serviço deve ser integralmente feita pela contratada para que o objeto tenha a garantia de eficácia e controle das atividades realizadas. Não seria viável parcelar os componentes, dada a eficiência e celeridade na realização e o acompanhamento por único agente. A responsabilidade pelo objeto e sua garantia serão deveres de um único contratado, assim como é a anotação de responsabilidade técnica, junto aos conselhos regionais profissionais.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O projeto em questão está diretamente alinhado a Ação Estratégica do órgão de Gestão de Projetos assim descrita: “Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.”

A pretendida contratação vai também ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado e atualizado pela Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso:

Pessoal motivado;

Apoio logístico efetivo;

Credibilidade mantida.

Dentre os objetivos institucionais supracitados fixados no mesmo instrumento, figura a otimização dos serviços ao usuário /cidadão, objetivo este que será devidamente resguardado com a prestação dos serviços de manutenção pelos motivos expostos anteriormente.

Além disso outros fatores críticos de sucesso mencionados no Plano Estratégico da Polícia Federal são:

Infraestrutura adequada - Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos Servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.

Recursos de C&T atualizados - Dispor de recursos e de técnicas específicas para o acompanhamento e desenvolvimento de níveis mais avançados em matéria de Ciência e Tecnologia.

Dentro do objetivo Institucional ainda temos:

Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais - Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Benefícios para Administração

Regularizar em conformidade com as normas e legislação do CBM-DF as edificações elencadas no item 5, evitando a prestação de multas ou interdição desses locais.

Tornar seguras, para os funcionários e população, as edificações elencadas no item 5.

14. Providências a serem Adotadas

Para a execução do serviço de engenharia ora apresentado não serão necessárias contingências para mobilização de pessoal ou mobiliário.

As etapas presenciais do projeto serão na forma de vistoria ou reunião e por consequência serão sempre guiadas por algum integrante da fiscalização ou da equipe de planejamento.

Nos dias e hora combinados será franqueada a entrada dos contratados nos locais onde deverão ser feitas as vistorias, restando aos fiscais oficializar a visita aos setores mais sensíveis da administração.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Trata-se de contratação de serviço que não produz impacto ambiental, portanto trata-se de quesito não aplicável.

Restam observações, que serão elencadas em TR, quanto a obtenção de insumos que obedeçam aos requisitos mínimos de eficiência energética e que estejam de acordo com a legislação ambiental.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

VIABILIDADE TÉCNICA

A Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal, contratante, possui no seu elenco, quadro técnico interdisciplinar que fornecerá suporte em todas as etapas do projeto.

O objeto do contrato não trata de construção, portanto prescinde de qualquer estudo relacionado a esta disciplina.

VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Os custos do projeto são compatíveis e estão dentro da previsão orçamentária para o ano de 2023.

Trata-se de projeto de baixo custo, mas que possui grande impacto, visto que impede o andamento dos demais serviços de engenharia.

VIABILIDADE TÉCNICO-LEGAL

O Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e o Mapa de Riscos foram elaborados em harmonia com a Instrução Normativa 05/2017 MPDG, o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da AGU, o manual Obras Públicas do TCU e o manual de Licitações e Contratos do TCU.

O objeto do contrato não trata de construção, portanto não existem implicações legais quanto a documentação de terrenos ou edificações.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THIAGO SANTOS DA CUNHA

ENGENHEIRO



Assinou eletronicamente em 27/12/2023 às 11:26:03.

